



European Economic and Social Committee

CESE info

Comité Económico e Social Europeu

Uma ponte entre a Europa e a sociedade civil organizada

Fevereiro 2018 | PT

Línguas disponíveis:

bg cs da de el en es et fi fr hr hu it lt lv mt nl pl pt ro sk sl sv

Editorial

O futuro da democracia na Europa



Caros leitores,

Durante anos, o território da Europa foi devastado por guerras. Todas as cidades europeias continuam a exibir vestígios históricos sangrentos de combates ou conflitos civis. Estamos atualmente a atravessar o mais longo período sem guerras no território da União Europeia. Em locais outrora dilacerados há agora organismos inter-regionais e internacionais que facilitam o bom funcionamento da arquitetura a que chamamos UE. O simbolismo é certamente forte, mas não é suficiente.

Nas primeiras décadas após a criação da Comunidade Económica Europeia, vários países tentaram tornar-se membros do clube, e a evolução desta Europa unida assentou predominantemente no seu potencial económico. A execução de políticas comuns destinadas a melhorar a coesão económica e social, em especial a União Monetária, constituíram um marco importante, mas a procura da convergência cultural e política continua. Para uma grande parte dos cidadãos europeus, a visão da integração europeia encontra-se ensombrada por nuvens densas.

Reconhecendo a urgência da situação, o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, apresentou no ano passado às instituições europeias um Livro Branco sobre o Futuro da Europa. O CESE realizou uma consulta pública sobre o Livro Branco em toda a Europa e comunicou as propostas da sociedade civil ao presidente Juncker. Independentemente dos pontos de vista e das apreciações pessoais sobre cada um dos cinco cenários descritos no Livro Branco, é inquestionável que as condições difíceis atuais não permitem soluções arrojadas. Contudo, as propostas do Livro Branco quanto aos desafios futuros para a UE não referem a palavra «democracia». E, no entanto, o mecanismo que tem a capacidade de resolver estes dilemas é justamente o exercício da democracia!

A democracia requer participação, não inércia. Os cidadãos que aprenderam a participar nos processos que os afetam reivindicam e defendem a sua causa, não só como membros de um grupo de interesses, mas também de forma concreta e no interesse da coletividade. Se for possível uma união política através do diálogo público e de um acordo conjunto, e em especial do respeito das instituições democráticas por cada Estado-Membro, teremos razões para esperar que poderemos construir uma Europa capaz de resistir às pressões atuais e futuras.

É incontestável que a democracia é a «solução» para muitos dos principais problemas do nosso tempo. Basta que a utilizemos. Mas para utilizar a democracia ao nível europeu, teremos de aprender a aplicá-la nos nossos próprios países. Em 1 e 2 de março, uma importante conferência sobre o futuro da democracia na Europa será realizada perto da Acrópole, o próprio lugar onde nasceu o conceito de democracia. aguardo com expectativa a oportunidade de debater com distintos interlocutores europeus as condições que estão a enfraquecer a democracia e as ameaças à democracia na Europa, bem como de abordar a relação entre a democracia e a legislação europeia, destacar os motivos pelos quais a desigualdade social destrói a coesão social e discutir a soberania nacional dos Estados-Membros no contexto da integração europeia.

Permitam-me parafrasear a última frase do discurso de aceitação do Prémio Nobel de Odysseas Elýtis: «Se a democracia proporciona certeza em tempos difíceis, é precisamente porque é o nosso destino, e porque, apesar de tudo, o nosso destino está nas nossas mãos.»

Georges Dassis, presidente do CESE

Agenda

20/02/2018 - 21/02/2018

Bruxelas

Realização da economia circular - Que futuro? Conferência das partes interessadas sobre a economia circular

01/03/2018 - 02/03/2018

Atenas

Conferência do CESE - O futuro da democracia na Europa

06/03/2018 - 07/03/2018

Bruxelas

4.º Fórum Europeu sobre Migração

14/03/2018 - 15/03/2018

Bruxelas

Reunião plenária do CESE

15/03/2018 - 16/03/2018

Bruxelas

A tua Europa, a tua voz!

Em síntese

Que lugar para a cultura na Europa do futuro? Adolescentes europeus preparam-se para responder em Bruxelas



Ao longo de cinco semanas, os membros do Comité Económico e Social Europeu visitarão as escolas selecionadas dos respetivos países para preparar os estudantes para o evento «A tua Europa, a tua voz», a reunião plenária dos jovens que se realizará em Bruxelas, em 15 e 16 de março de 2018.

Os membros do CESE trabalharão com os alunos, antes da reunião de março, a fim de preparar as respostas a algumas das questões principais sobre **o futuro da cultura europeia**:

- O que é a cultura europeia? Será apenas a soma das diferentes tradições de cada país, ou há valores comuns que nos tornam todos europeus?
- Qual é o papel da cultura e dos intercâmbios culturais na vida dos estudantes?
- O que pode a União Europeia fazer para promover a cultura (cinema, música, dança, literatura, teatro, etc.) e proteger melhor os locais classificados como património cultural?
- Que papel poderá desempenhar a cultura no renascimento económico das regiões e dos municípios da Europa?
- Como pode este renascimento proporcionar aos jovens novas oportunidades de emprego?

Com o título «A tua Europa, a tua voz», este evento é organizado pelo Comité Económico e Social Europeu (CESE), a voz da sociedade civil a nível europeu, e constitui a iniciativa emblemática deste Comité destinada aos jovens. Através desta iniciativa, o CESE assegura que as opiniões, as experiências e as ideias da geração mais jovem são tidas em conta na elaboração das políticas da UE. (ks)

Presidente do CESE, Georges Dassis, reúne-se com presidente do Conselho Económico, Social e Ambiental francês, Patrick Bernasconi

O presidente do Comité Económico e Social Europeu (CESE), **Georges Dassis**, e o presidente do Conselho Económico, Social e Ambiental francês (CESA), **Patrick Bernasconi**, reuniram-se em Bruxelas, em 17 de janeiro, para apresentar uma primeira avaliação da cooperação reforçada entre ambas as instituições e explorar a possibilidade de empreender novas atividades conjuntas.



O CESE e o seu homólogo francês tencionam tirar partido dos seus esforços conjuntos para reforçar a voz da sociedade civil em questões sociais essenciais que afetam diretamente os cidadãos europeus.

Após assinarem, em nome dos respetivos órgãos, o acordo de parceria, em junho de 2017, os dois presidentes realizaram uma série de atividades conjuntas que puseram em evidência as suas posições claramente alinhadas em relação a dois temas de grande atualidade na Europa.

No que respeita ao **destacamento de trabalhadores**, ambos salientaram a necessidade de evitar a todo o custo um nivelamento por baixo das condições dos trabalhadores na Europa.

Quanto às alterações climáticas, realçaram a necessidade de assegurar a **justiça climática**, instando a UE e os governos nacionais a adotarem medidas de proteção dos grupos mais vulneráveis e mais pobres da sociedade, que são frequentemente os mais afetados pelas alterações climáticas, apesar de serem os que menos contribuíram para elas. (dm)

[Presidente Georges Dassis participa na cerimónia de entrega dos Prémios Silver Rose no Parlamento Europeu](#)



Em 23 de janeiro, o presidente do Comité Económico e Social Europeu (CESE), **Georges Dassis** participou na 15.ª edição dos [Prémios Silver Rose](#), realizada no Parlamento Europeu pela SOLIDAR em cooperação com o Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu e o Partido Socialista Europeu.

Georges Dassis, cuja presidência se caracteriza pela tendência para uma Europa mais solidária, manifesta o seu apoio pessoal e o do CESE ao trabalho realizado pela SOLIDAR para a construção de uma Europa mais justa: «A solidariedade foi um valor fundamental na base da União Europeia e deve continuar a ser parte integrante do projeto europeu.»

A SOLIDAR é uma rede europeia de mais de 60 organizações da sociedade civil de 27 países diferentes, empenhada em melhorar a justiça social na Europa e no mundo. Os Prémios Silver Rose, entregues pela SOLIDAR desde 2000, destinam-se a distinguir o trabalho das organizações da sociedade civil e dos cidadãos na criação de projetos e iniciativas para a construção de um mundo mais justo e mais solidário.

[Organizações da sociedade civil da UE no domínio dos direitos humanos denunciam mais dificuldades no seu trabalho](#)



Na sexta-feira, 19 de janeiro, o **CESE**, em parceria com o seu grupo de ligação, organizou o lançamento de um relatório da **Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA)** que alerta para a redução do espaço reservado à sociedade civil na luta pelo respeito dos direitos humanos na UE.

O relatório intitulado «[Challenges facing civil society organisations working on human rights in the EU](#)» [Desafios enfrentados pelas organizações da sociedade civil no domínio dos direitos humanos na UE] expõe algumas dificuldades preocupantes que as organizações da sociedade civil da UE enfrentam com frequência crescente no desempenho da sua missão. Globalmente, os problemas assinalados fazem-se sentir nos seguintes domínios:

- Restrições legais que podem ir de dificuldades na criação de uma organização a questões de liberdade de associação, reunião pacífica, expressão e informação.
- Obstáculos no acesso a recursos, particularmente a financiamento estrutural e a longo prazo.
- Estigmatização e tentativas de descredibilização, a par de ataques físicos e verbais contra os ativistas, em lugar de um ambiente protegido para a realização das suas atividades.
- Dificuldades em influenciar favoravelmente a legislação e a elaboração das políticas na qualidade de intervenientes legítimos e reconhecidos.

O relatório conclui que, para prestar um apoio robusto à proteção, promoção e pleno exercício dos direitos humanos, há uma necessidade urgente de pôr em prática todas as propostas avançadas pela FRA e por outros órgãos da UE, como o CESE, bem como de reforçar a eficácia das organizações da sociedade civil na UE. (mr)

Notícias do CESE

[CESE consulta sociedade civil sobre cibersegurança](#)

O CESE exorta a UE e os seus Estados-Membros a adotarem um modelo de cibersegurança a nível europeu, a reforçarem o mandato da Agência da União Europeia para a Cibersegurança e, por fim, a criarem um sistema de certificação eficaz a nível europeu para produtos e serviços em linha.

Eis as principais conclusões da audição pública sobre o Regulamento Cibersegurança realizada em Bruxelas, em 9 de janeiro de 2018, que contribuirá para o [parecer do CESE](#), que está a ser elaborado por **Alberto Mazzola** e **Antonio Longo** da Secção Especializada de Transportes, Energia, Infraestruturas e Sociedade da Informação (TEN).



de medidas de cibersegurança que constam da proposta apresentada pela Comissão ao Conselho, em setembro de 2017, e chama a atenção para os aspetos que se seguem.

- **Modelo europeu de cibersegurança**

A cibersegurança tornou-se uma preocupação de todos os países. Trata-se de um desafio à escala mundial, na medida em que os ataques podem ocorrer em qualquer local e visar particulares, organizações da sociedade civil, sistemas sociais e setores económicos de qualquer Estado-Membro. Por conseguinte, o CESE exorta a União Europeia a tomar as medidas necessárias e a chegar a acordo sobre um modelo de resiliência a nível europeu contra este tipo de ataques.

- **Reforço da Agência da UE para a Cibersegurança**

A Agência da União Europeia para a Segurança das Redes e da Informação (ENISA), atualmente localizada na Grécia, é um centro de conhecimentos especializados na Europa em matéria de cibersegurança. O CESE considera que é necessário desenvolver esta agência, torná-la permanente e dotá-la de mais recursos. A ENISA deve centrar a sua ação na administração em linha e nos serviços universais (saúde em linha), bem como na prevenção e luta contra a usurpação de identidade e a fraude em linha.

- **Certificação europeia da cibersegurança**

A fim de garantir um nível elevado de segurança, o CESE recomenda que se crie um quadro europeu de certificação da cibersegurança, com base na definição de normas técnicas comuns a nível europeu no domínio das TIC e da cibersegurança. Os produtos e serviços em linha poderiam assim ser certificados com um sistema de rotulagem adequado, reforçando a confiança dos consumidores. (mp)

CESE insta a Comissão a especificar os critérios de comunicação propostos relativos aos acordos fiscais transfronteiras



A Comissão deve definir características mais precisas para a obrigação de comunicação proposta relativa aos acordos e operações fiscais transfronteiras, a fim de evitar interpretações subjetivas pelos contribuintes e administrações fiscais, que podem conduzir a comunicações desnecessárias e a custos administrativos, afirma o CESE no seu [parecer sobre os desincentivos à elisão ou evasão fiscal](#).

A [nova diretiva](#) da Comissão define a obrigação de os intermediários – entidades, empresas ou profissionais que prestam aconselhamento aos contribuintes sobre planeamento fiscal – e, em alguns casos, de os próprios contribuintes comunicarem às suas administrações regimes fiscais abrangidos pelos quatro tipos padrão de atividades de comunicação obrigatória. As informações serão trocadas automaticamente entre as administrações fiscais nacionais.

«O campo de aplicação das características propostas é demasiado vasto», declarou o relator, **Victor Alistar** (Grupo dos Interesses Diversos-RO). «Na revisão dos critérios, a Comissão tem de encontrar um equilíbrio entre a segurança jurídica e a flexibilidade, a fim de garantir a eficácia do elemento dissuasor e a exequibilidade da obrigação», acrescentou.

O CESE solicita igualmente à Comissão que esclareça de que modo a diretiva se aplica à economia digital e que garanta a proporcionalidade da diretiva, mantendo os custos administrativos a um nível reduzido para todas as empresas.

O Comité apoia a proposta de prestação de apoio logístico e técnico na aplicação dos respetivos instrumentos nos Estados-Membros, bem como o objetivo de reforçar a transparência das atividades dos intermediários através das medidas propostas.

«A obrigação de comunicação desencorajará os intermediários de ajudarem à utilização de mecanismos agressivos de planeamento fiscal. O mecanismo criará condições de justiça fiscal e contribuirá para a concorrência leal e para receitas fiscais estáveis nos Estados-Membros», afirmou o correlator, **Petru Sorin Dandea** (Grupo dos Trabalhadores-RO). (jk)

CESE acolhe lançamento de manual da Comissão que aconselha os Estados-Membros sobre o financiamento da UE para a integração dos migrantes



Em janeiro, o **Comité Económico e Social Europeu (CESE)** e a **Comissão Europeia** organizaram em conjunto o lançamento do novo manual da Comissão destinado a ajudar os Estados-Membros a reforçarem a integração das pessoas oriundas da migração, através de uma utilização mais eficiente e coordenada dos instrumentos de financiamento da UE disponíveis.

O [manual](#) contém recomendações práticas para as autoridades financiadoras nacionais e regionais sobre a forma de escolher e melhor combinar os diversos fundos da UE disponíveis no atual período orçamental de 2014-2020.

O objetivo é promover a inclusão de mais de 20 milhões de nacionais de países terceiros que residem legalmente na UE, mas continuam a enfrentar múltiplos desafios e discriminação.

Tal como foi sublinhado na cerimónia de lançamento, 40% destes migrantes estão em risco de pobreza, 18% desempregados e 19% abandonam precocemente o ensino, o que corresponde quase ao dobro da média da UE.

«A UE tem de mostrar humanismo e solidariedade. Os migrantes não devem ser vistos como um encargo. Se forem corretamente integrados, serão uma grande bênção, não só para as nossas economias, mas para a nossa sociedade em geral», afirmou o **presidente do CESE, Georges Dassis**. (ll)

Na fotografia: Corina Crețu, comissária europeia responsável pela Política Regional, Cristian Pîrvulescu, membro do CESE, e Georges

Países dos Balcãs Ocidentais necessitam de roteiro claro para adesão à UE



Esta foi a mensagem principal da audição pública sobre a coesão económica e social e a integração europeia dos Balcãs Ocidentais, realizada pelo Comité Económico e Social Europeu, em Bruxelas.

«Estamos muito satisfeitos pelo facto de a Presidência búlgara do Conselho da UE ter escolhido os Balcãs Ocidentais como uma das suas prioridades e ter solicitado ao CESE a elaboração de um parecer sobre o assunto», afirmou **Ionut Sibian**, presidente do Grupo de Estudo do CESE para [a Coesão Económica e Social e a Integração Europeia dos Balcãs Ocidentais](#). **Andrej Zorko**, relator do parecer do CESE, salientou a extrema complexidade da região e a necessidade de uma maior cooperação regional e uma maior participação da sociedade civil no processo de integração europeia. «**Os Balcãs Ocidentais devem ser uma das prioridades da UE nos próximos anos, a fim de assegurar a estabilidade política na região**», insistiu **Dimitris Dimitriadis**, correlator.

Os representantes das organizações da sociedade civil, grupos de reflexão, instituições da UE e mundo académico concordaram que a convergência económica dos Balcãs Ocidentais será um processo a longo prazo e identificaram os elevados níveis de desemprego, a baixa produtividade, o défice de competências e a fraca competitividade como alguns dos problemas enfrentados pelos países da região. «**O nepotismo continua a ser uma prática recorrente**», afirmou **Peter Sanfey**, diretor-adjunto do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento. Os participantes concordaram que embora já existam vários instrumentos e programas na região para combater alguns destes problemas, **uma perspetiva europeia clara para os países serviria de catalisador para acelerar as reformas**. Além disso, sublinharam **a importância crucial de associar os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil da região ao processo de integração europeia**, de um modo mais formal. (sg)

A marca «Made in Europe» deve estar em pé de igualdade com os seus concorrentes no mercado europeu



Ainda que o protecionismo não constitua uma opção para a Europa, a UE também não pode permitir que o seu mercado interno seja inundado por produtos que não respeitam as suas normas sociais e ambientais e prejudicam a sua indústria, advertiu o Comité Económico e Social Europeu (CESE) num parecer sobre uma política industrial global na UE, adotado na reunião plenária de janeiro.

A Europa quer dar o exemplo com uma indústria transformadora que protege os direitos dos trabalhadores, preserva o ambiente e investe na inovação. No entanto, tudo isto implica custos significativos, que se refletem no preço dos seus produtos. Para garantir condições de concorrência equitativas na indústria europeia, a UE deve assegurar que os produtos provenientes de países terceiros que entram no seu mercado respeitam as mesmas regras. Foi esta a mensagem principal do Parecer do CESE - [Uma abordagem global da política industrial](#).

«A Europa [...] não se pode dar ao luxo de ser ingénua. A regulamentação europeia deve combater a sobrecapacidade, os auxílios estatais ilegais e outras formas de concorrência desleal, respeitando simultaneamente as regras da OMC», afirmou o relator **Gonçalo Lobo Xavier** (Grupo dos Empregadores, PT).

As ferramentas para combater estas práticas devem constar da agenda da UE. As medidas anti-*dumping* devem ser controladas de forma mais eficaz e a sua aplicação deve ser mais rápida e mais flexível.

Comparativamente aos intervenientes mundiais, nomeadamente a China, a Índia e a Coreia, que têm sido muito ativos no desenvolvimento da sua política industrial, a Europa não tem uma perspetiva coerente a longo prazo para a sua indústria, salientou o CESE.

É necessário um plano de ação coerente para a indústria, dotado de metas vinculativas, calendários e instrumentos para fazer frente aos **quatro grandes desafios dos próximos dez anos** : a digitalização, as alterações climáticas, a globalização e as alterações demográficas.

É também fundamental a realocação de alguns setores da indústria europeia.

O parecer foi elaborado a pedido da Presidência búlgara do Conselho da UE. (dm)

CESE solicita adoção célere da proposta da Comissão relativa à salvaguarda da concorrência no setor dos transportes aéreos

O CESE apoia a proposta da Comissão Europeia sobre a muito aguardada revisão do regulamento relativo à salvaguarda da concorrência no setor dos transportes aéreos. Num parecer adotado na sua reunião plenária de janeiro, o CESE insta o Parlamento Europeu e o Conselho a aprovarem rapidamente o regulamento revisto a fim de combater eficazmente as distorções da concorrência internacional.

O CESE apoia a dupla abordagem da Comissão para a salvaguarda da concorrência leal a nível internacional, tendo exprimido a sua posição num parecer adotado em 17 de janeiro de 2018, do qual foi relator **Jacek Krawczyk**. Por um lado, a proposta torna a legislação em vigor mais incisiva e dota a Comissão de um instrumento eficaz para combater e prevenir distorções da concorrência no setor da aviação. Por outro, os acordos da UE no domínio da aviação constituem um estímulo para que os países terceiros cumpram a legislação da UE em troca de um acesso ao seu mercado.



«Esta proposta é mais um passo importante na implementação da estratégia da UE para o setor da aviação, anunciada há dois anos. O futuro sucesso deste setor depende do grau de eficácia com que é implementada a estratégia», declarou **Jacek Krawczyk**. «Tendo em conta a importância do setor da aviação para a economia da UE, é essencial reforçar a participação de todas as partes interessadas na implementação da estratégia», acrescentou.

A revisão do regulamento relativo à salvaguarda da concorrência no setor dos transportes aéreos (Regulamento n.º 868/2004) faz parte de um pacote mais abrangente designado «Aviação: Uma Europa aberta e interligada», que também inclui orientações nos seguintes domínios: propriedade e controlo das transportadoras aéreas, obrigação de serviço público e continuidade da gestão do tráfego aéreo. (mp)

CESE apoia com firmeza prioridades da primeira Presidência búlgara do Conselho da UE



«O êxito da Presidência não depende da dimensão do país, mas sim da vontade política em levar avante as políticas que são cruciais para o futuro da Europa», afirmou o **presidente do CESE, Georges Dassis**, no seu discurso de boas-vindas à **ministra-adjunta do Trabalho e das Políticas Sociais da Bulgária, Zornitsa Roussinova**, na reunião plenária do CESE realizada em janeiro. **Zornitsa Roussinova** deu a conhecer aos membros do CESE as quatro prioridades da Presidência búlgara:

- o futuro da Europa e os jovens;
- a perspetiva europeia e a conectividade dos Balcãs Ocidentais;
- a segurança e a estabilidade numa Europa forte e unida;
- a economia digital e as competências digitais para o futuro.

Apresentou ainda os principais temas a que a Presidência búlgara dedicará especial atenção ao longo dos próximos seis meses no domínio da política social e do emprego:

- o futuro do trabalho;
- o reforço da dimensão social da Europa;
- as políticas de desenvolvimento na primeira infância;
- a igualdade de direitos para as pessoas com deficiência.

«Aguardamos com grande expectativa os pareceres exploratórios que o CESE elaborará em resposta aos nossos pedidos», declarou **Zornitsa Roussinova**. (sg)

Na fotografia: Zornitsa Roussinova, ministra-adjunta do Trabalho e das Políticas Sociais da Bulgária, e Georges Dassis, presidente do CESE.

CESE preconiza seguro financeiro para indemnizar vítimas de fraude informática



Melhorar a cooperação entre os Estados-Membros na luta contra a fraude informática constitui um passo na direção certa, defendeu o CESE num recente parecer sobre a proposta de diretiva relativa ao combate à fraude e à contrafação de meios de pagamento que não em numerário apresentada pela Comissão. No entanto, o CESE advoga que se devem prever mais salvaguardas para proteger os utilizadores de meios de pagamento digitais e medidas de prevenção obrigatórias para alertá-los para o *modus operandi* dos criminosos informáticos.

Embora apoie a proposta da Comissão, o relator do parecer, **Victor Alistar**, frisa que é necessário **ir além da cooperação em matéria de investigação e judicial entre as autoridades policiais e judiciais nacionais**.

O CESE propõe que os Estados-Membros sejam obrigados a instituir um **seguro financeiro** para indemnizar as vítimas de fraude informática que envolva cartões de pagamento. Este seguro financeiro deve abranger **as pessoas singulares e as PME**.

Além disso, para que a luta contra a fraude informática seja eficaz, **os operadores económicos devem ser legalmente obrigados a notificar incidentes de fraude**

informática.

Este tipo de fraude ligada aos meios de pagamento digitais emitidos na área do euro constitui um problema grave. Segundo um relatório do BCE, em 2013 ascendeu a **1,4 mil milhões de euros** na UE e, desde então, não tem parado de aumentar.

Um dos domínios mais vulneráveis prende-se com o pagamento de despesas de viagens: bilhetes de comboio e de avião, alojamento e outras transações conexas. Os indivíduos e organizações que se dedicam a atividades terroristas estão frequentemente envolvidos neste tipo de fraude, dela tirando proveito.

Segundo o CESE, a **prevenção** também deve desempenhar um papel importante na luta contra a cibercriminalidade. Há que alertar os cidadãos para o *modus operandi* dos criminosos informáticos que falsificam os meios de pagamento digitais, cabendo aos serviços

de polícia nos Estados-Membros levar a cabo campanhas de sensibilização e de informação que expliquem as causas e os riscos da fraude informática e a forma de se proteger dela.(dm)

Contributo da política orçamental essencial para prosseguir retoma económica na área do euro em 2018



Doz Orrit, ECO 444

O CESE discorda da proposta da Comissão de uma orientação orçamental amplamente neutra e, em vez disso, defende uma orientação orçamental moderadamente positiva de cerca de 0,5% do PIB. No seu Parecer - [Política económica da área do euro \(2018\)](#), o Comité afirma que o esforço orçamental deve ser suportado principalmente pelos países com excedentes na balança corrente e com folga orçamental.

Tendo em conta a retoma económica na área do euro, que continua frágil, incompleta e atípica, bem como as alterações às políticas monetárias anunciadas pelo BCE, o CESE apela para políticas orçamentais que apoiem as políticas monetárias. As recomendações do CESE têm igualmente em conta os baixos níveis de investimento, o excedente persistente da balança corrente externa e uma contração considerável do mercado de trabalho, entre outros aspetos.

«Um estímulo orçamental centrado no investimento público conduziria ao reforço da procura a curto prazo e aumentaria o potencial de crescimento a longo prazo, resolvendo assim a questão da sustentabilidade da dívida pública», afirmou o relator **Javier Doz Orrit** (Grupo dos Trabalhadores, ES).

O investimento público deve centrar-se não só nas infraestruturas, mas também no investimento social, e o consumo interno deve ser promovido sobretudo através de aumentos salariais.

«No que diz respeito à aplicação das regras orçamentais, recomendamos que a despesa pública consagrada ao investimento seja excluída dos cálculos. Tal contribuiria para um crescimento mais inclusivo e uma convergência ascendente», declarou **Javier Doz Orrit**.

O CESE subscreve os objetivos das políticas da Comissão - crescimento sustentável e inclusivo, resiliência e convergência - e as suas prioridades de reformas estruturais, para além de considerar que as reformas devem aumentar a produtividade e contribuir para a criação de emprego de qualidade e para a redução das desigualdades. Apela para a aplicação de medidas eficazes no combate à erosão nociva dos orçamentos públicos e apoia a adoção das medidas necessárias ao aprofundamento da UEM. (jk)

Períodos de condução e de repouso, tempo de trabalho e destacamento de trabalhadores

O [parecer do CESE](#) sobre os períodos de condução e de repouso, tempo de trabalho e destacamento de trabalhadores foi adotado na 531.ª reunião plenária, em 18 de janeiro de 2018, com 173 votos a favor, 89 votos contra e 17 abstenções. Tanja Buzek foi a relatora da Secção Especializada de Transportes, Energia, Infraestruturas e Sociedade da Informação (TEN). (mp)

Notícias dos grupos

Direitos sociais e segurança rodoviária



Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

A reunião plenária de janeiro assistiu à adoção de um parecer sobre o importante papel dos transportes enquanto setor-chave da economia da UE, em que se focaram as questões essenciais dos períodos de repouso e do destacamento dos trabalhadores. O Comité assinala que as alterações propostas à legislação no âmbito do pacote relativo à mobilidade não permitem resolver eficazmente os problemas constatados a vários níveis, nem garantem, no entender do Grupo dos Trabalhadores, o êxito da luta contra o *dumping* social no setor dos transportes rodoviários. Além disso, a fim de garantir um melhor controlo da aplicação transfronteiras das regras, o CESE defende a criação de uma agência europeia dos transportes rodoviários.

«Atendendo ao papel determinante da fixação de preços no setor dos transportes, temos de definir regras capazes de garantir de facto condições de concorrência equitativas para todos os operadores do setor dos transportes rodoviários, seja qual for a sua dimensão, e para todos os trabalhadores móveis, sem criar novos obstáculos ao mercado único, nem pôr em causa a legislação social», frisou a relatora Tanja Buzek. Na sua perspetiva, o mercado único deve funcionar para todas as partes interessadas e em todos os Estados-Membros, tanto os mais recentes como os mais antigos.

A aplicação das regras em matéria de destacamento no setor dos transportes rodoviários em toda a UE reveste-se de uma importância capital para garantir condições de concorrência equitativas para os trabalhadores e as empresas, sendo essencial um controlo eficaz da sua aplicação. Neste contexto, partilhamos das preocupações do CESE, segundo as quais a cobertura de um período máximo de seis meses e de um grupo de condutores poderia reduzir a eficácia do controlo da aplicação das regras em matéria de destacamento.(mg)

Destacamento de trabalhadores no setor dos transportes divide o Comité - Grupo

Destacamento de trabalhadores no setor dos transportes civis e Comité - Grupo dos Empregadores contra parecer do CESE



presidente do Grupo dos Empregadores.

Pelo Grupo dos Empregadores do CESE

O Grupo dos Empregadores não apoiou o Parecer do CESE - Períodos de condução e de repouso, tempo de trabalho e destacamento de trabalhadores. Em seu entender, o parecer não refletiu devidamente a diversidade de posições no Comité quanto à proposta da Comissão sobre o destacamento de trabalhadores.

«A aplicação de regras em matéria de destacamento ao transporte rodoviário internacional é uma forma de protecionismo que restringe a liberdade de circulação. Infelizmente, o documento que o CESE adotou não dá conta desta incidência negativa. O mercado único europeu está a ser seriamente posto em causa e os milhares de PME que operam no setor dos transportes por toda a Europa irão sofrer as consequências», afirmou Jacek Krawczyk,

Durante o debate, os membros do Grupo dos Empregadores destacaram inúmeras inconsistências na proposta da Comissão sobre o destacamento dos condutores. Sem a infraestrutura devida, as regras mais estritas seriam contraproducentes e não melhorariam as condições de trabalho.

Os membros sublinharam que as regras propostas gerarão incerteza e burocracia adicional tanto para os condutores como para as empresas. Assinalaram igualmente imprecisões nas definições da legislação que poderão conduzir a situações absurdas.

O grupo apresentou um conjunto de propostas de alteração ao parecer que, todavia, não obtiveram a aprovação do relator nem da maioria dos membros do CESE. O parecer foi adotado no dia 18 de janeiro de 2018, na reunião plenária do CESE, por 193 votos a favor, 89 votos contra e 17 abstenções. (lj)

Sociedade civil na UE: cenários futuros para 2030 - Reunião extraordinária do Grupo dos Interesses Diversos



Pelo Grupo dos Interesses Diversos do CESE

Na sequência do segundo dia da reunião plenária de fevereiro, a reunião extraordinária do Grupo III, dedicada ao tema «A sociedade civil na UE: cenários futuros para 2030», terá lugar no CESE (sala JDE 62)

Nesta reunião será apresentado um estudo sobre a evolução futura da sociedade civil na União Europeia até 2030, em colaboração com o Grupo de Ligação. O estudo foi encomendado, pelo CESE, ao Centro de Informação, Cooperação e Desenvolvimento das ONG (Eslovénia) ([CNVOS](#)) e à Rede Europeia das Associações da Sociedade Civil Nacionais ([ENNA](#)).

Com base numa investigação documental de análises, estudos, entrevistas e inquéritos recentemente realizados, o estudo lança luz sobre a situação atual das organizações da sociedade civil a nível nacional e europeu. O seu objetivo é analisar os principais desafios com que se deparam as organizações da sociedade civil e o modo de lhes dar resposta. Nele são apresentados cinco cenários em torno dos principais fatores de mudança, bem como várias recomendações e conclusões específicas.

O evento, que contará com a presença de membros do CESE e representantes das organizações da sociedade civil europeia, será moderado por Daniela Vincenti, chefe de redação da EURACTIV. Entre os oradores contam-se Ramón Luis Valcárcel Siso, vice-presidente do Parlamento Europeu responsável pelas relações com o CESE e o CR, Paweł Świeboda, chefe adjunto do Centro Europeu de Estratégia Política da Comissão Europeia, bem como os presidentes de grupo do CESE e representantes eminentes do mundo académico. (ih)

Editores:

Eleonora Di Nicolantonio (edn)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição:

Daniela Marangoni (dm)
Isabelle Henin (ih)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katerina Serifi (ks)
Laura Lui (ll)
Leszek Jarosz (lj)
Marco Pezzani (mp)
Margarida Reis (mr)
Margarita Gavanis (mg)
Siana Glouharova (sg)
Silvia M. Aumair (sma)

Coordination:

Agata Berdys (ab)
Katerina Serifi (ks)

Endereço:

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard,
99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico:
eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. Está disponível em 23 línguas.

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

O próximo número sairá em março de 2018.

Fevereiro 2018/2

03-2018